

DO OUTRO LADO DO ATLÂNTICO: A África como referencial nas pedagogias propostas pelo Movimento Negro no Brasil ¹

Ivan Costa Lima²

Resumo: O artigo sintetiza estudos do mestrado e doutorado em educação, sobre conhecimentos acerca do pensar e fazer pedagógico de entidades do Movimento Negro (MN) no Brasil, que nomearam como pedagogia seus modelos educativos para o país. Este tema mostra-se relevante na medida em que se almeja superar o desconhecimento na sociedade e na história da Educação de propostas pedagógicas desenvolvidas pelo Movimento Negro. A investigação discute como tais pedagogias problematizam a referência sobre África como uma educação diferenciada para os sistemas de ensino brasileiro. As metodologias têm uma perspectiva sócio histórica, considerando os sujeitos, suas origens e as relações sociais, que se estabeleceram em suas trajetórias. Esta visão histórica foi combinada com o uso da História Oral, como possibilidade de aprofundar os significados do universo cultural e político dos integrantes deste movimento e seus reflexos nas políticas educacionais no Brasil. Neste sentido tais pedagogias se apresentam como uma alternativa aos sistemas de ensino brasileiro, tendo seu centramento em uma filosofia cujo processo é o universo civilizatório africano.

Palavras-chave: Movimento Negro. Negro e Educação. Pedagogia Interétnica. Pedagogia Multirracial. Valores africanos.

Abstract: The article summarizes studies of masters and doctorate in education on knowledge about thinking and doing educational entities of the Black Movement (MN) in Brazil, they named their pedagogy as educational models for the country. This theme shows up relevant insofar as it aims to overcome the knowledge society and the history of education educational proposals developed by the Black Movement. The research discusses how such pedagogies question the reference to Africa as a differentiated education for school systems in Brazil. The methodologies have a socio historical, considering the subject, its origins and social relationships that were established in their careers. This historical vision was combined with the use of oral history as possibility of deepening the meanings of the cultural and political members of this movement and its impact on educational policies in Brazil. In this sense such pedagogies present themselves as an alternative to the systems of education in Brazil with his philosophy centering on a process whose universe is the African civilization.

Key-words: Black Movement. Black and Education. Interethnic Pedagogy. Pedagogy Multiracial. African Values.

¹ O texto foi apresentado no GT “Africanidades e Brasilidades; direitos humanos” sob a coordenação de seu autor junto à Prof. Dra. Joselina da Silva (UFC- campus Cariri), durante o I Congresso Nacional Africanidades e Brasilidades: ensino, pesquisa e crítica, realizado na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), entre os dias 26 e 29 de junho de 2012.

² Doutor em Educação Brasileira – Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor Adjunto da Universidade Federal do Pará – Campus Universitário de Marabá – Faculdade de Educação. Membro do Núcleo de Africanidades Cearenses (NACE) – UFC/CE; Núcleo Brasileiro, Latino Americano e Caribenho de Estudos em Relações Raciais, Gênero e Movimentos Sociais (N’BLAC) – UFC/CE. Fundador do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Relações Étnico-Raciais, Movimentos Sociais e Educação – N’UMBUNTU, Faculdade de Educação/PA. Email: dofonosc@gmail.com

Introdução

Esse estudo configura-se como uma síntese de pesquisas realizadas no mestrado em educação, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e no doutorado no Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira³, da Universidade Federal do Ceará (UFC), com financiamento, respectivamente, da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal (CAPES) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)⁴.

As reflexões realizadas partem de nossa vivência, como membro fundador e integrante do Núcleo de Estudos Negros (NEN), em Santa Catarina⁵. Como também, por uma trajetória acadêmica, que busca compreender os diferentes projetos educativos elaborados na história dos movimentos sociais, em particular o Movimento Negro no Brasil.

O objetivo mais amplo destas investigações foi contribuir para uma reflexão crítica do pensar e fazer das organizações negras e seus projetos de educação para a sociedade brasileira. Portanto, os estudos buscaram compreender a implementação das várias atividades educativas, os referenciais teóricos e políticos da Pedagogia Interétnica (PI), elaborada na década de 70, séc. XX, em Salvador (BA); a Pedagogia Multirracial (PM), desenvolvida no Rio de Janeiro, a partir de 1986, do séc. XX e, como desdobramento, a Pedagogia Multirracial e Popular (PM e P) do Núcleo de Estudos Negros (NEN), em Santa Catarina, a partir de 2001, neste século⁶.

Para este artigo, interessa-nos ressaltar como tais pedagogias problematizam o continente africano em suas proposições para os sistemas de ensino no Brasil, com especial

³ O título da tese: As propostas pedagógicas do Movimento Negro no Rio de Janeiro e Santa Catarina (1970-2000): implicações políticas e teóricas para a educação brasileira, sob a orientação do prof. Dr. Henrique Cunha Júnior. Pesquisa agraciada na Seleção Pública de projetos de pesquisa sobre Políticas Públicas de Educação voltadas para o tema Negro e Educação, para apoio técnico e financeiro, oferecido pela ANPED em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), do Ministério da Educação (MEC), em 2006.

⁴ Estas duas são instituições governamentais de fomento à pesquisa ligadas, respectivamente, ao Ministério da Educação e ao Ministério da Ciência e Tecnologia no Brasil.

⁵ Organização não-governamental ligada ao movimento negro, fundada em 1986, em Florianópolis, no estado de Santa Catarina, ao sul do Brasil

⁶ Tendo em vista os limites deste artigo esta pedagogia não poderá ser abordada. Para mais detalhes consultar Lima (2009).

atenção àquelas desenvolvidas no século XX. De mesma forma, evidenciar como estas propostas se configuram como referências, no sentido de debater e colocar em discussão as políticas governamentais, que se propõem a alterar os currículos oficiais. Mais recentemente, no Brasil, a lei 10.639, sancionada em janeiro de 2003, pelo Executivo Federal que altera a LDB⁷ e obriga o ensino sobre História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nas redes de ensino públicas e privadas.

O referencial teórico-metodológico foi de cunho sócio histórico (FENELON, 2000) analisando-se que a evolução do ensino brasileiro está relacionada a injunções sociais e políticas. Ao mesmo tempo, na tese utilizou-se a História Oral temática, que tem sua centralidade na opinião do colaborador na explicitação de um evento definido (MEIHY, 2002). Interessava-nos a memória dos militantes, cujas trajetórias podem contribuir na compreensão da força do movimento identitário para os propósitos de uma educação antirracista, pois como salienta Joutard (1998, p. 43) “a memória é um elemento constitutivo da identidade”. Assim, depreende-se que a partir do momento em que a memória coletiva é construtora de identidade, ela age como um elemento de coesão social dentro de uma determinada organização. Para tanto, reconstituiu-se essa trajetória com base em entrevistas semiestruturadas junto aos seus formuladores, integrantes do Movimento Negro (MN), e da análise dos documentos produzidos sobre o tema em questão.

Com isso, em sua trajetória o MN na tentativa de rediscutir o papel dos sistemas de ensino, expressa a necessidade de programas, projetos e outras formas de intervenção no processo educacional da sociedade brasileira. Este trajeto na contemporaneidade vai fazer com que o debate das relações raciais perpassasse as discussões acerca do currículo, formação de professores, dos conteúdos programáticos e das várias dimensões pedagógicas que constituem o sistema educacional.

Assim, torna-se relevante a mudança de foco, desencadeada a partir dos anos 70, no Brasil, que vão constituir uma corrente que identificam as desigualdades entre negros e brancos, em termos de relações raciais (HASENBALG, 1979). A característica desta linha seria o fato de afirmar que a desigualdade racial no país não é um legado do passado, que a discriminação é um traço característico da sociedade brasileira e que a categoria raça exerce,

⁷ Aqui se refere a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

ela própria, um efeito independente no acesso de uma pessoa à renda, à educação e ao bem-estar.

Desta forma, para além da denúncia do racismo e das desigualdades raciais perpetuadas historicamente nos sistemas de ensino, o Movimento Negro tem elaborado propostas pedagógicas e de intervenção, em contraposição a um cotidiano, que tem se mostrado singular e etnocêntrico nos espaços educacionais.

Anos 70: Em Salvador constitui-se a Pedagogia Interétnica (PI)

Para alcançar os objetivos traçados no mestrado realizamos entrevistas na cidade de Salvador, em janeiro e setembro de 2003, tendo como interlocutores⁸: Manoel de Almeida Cruz, Geruza Bispo dos Santos, Lino Almeida, Ana Célia da Silva, Jônatas da Silva e Raimunda Rodrigues. Dentre esses, cabe destacar Manoel de Almeida Cruz, um dos fundadores do Núcleo Cultural Afro-Brasileiro (NCAB), e principal divulgador da PI, falecido em junho de 2004. Em sua trajetória de ativista vai esta a frente de diferentes ações procurando investigar e agir no debate das relações raciais, chegando à constituição de uma organização, o Núcleo Cultural Afro-brasileiro (NCAB).

O NCAB surgiu em 1º de agosto de 1974, segundo seus fundadores, foi a primeira organização do Movimento Negro na Bahia, numa perspectiva de ação política, no questionamento da situação dos negros em Salvador, tendo em vista os vários espaços de mobilização de seus vários membros. O espaço que propiciava o desenvolvimento do debate de outra forma de ação política, num momento de repressão, foi encontrado junto ao Centro Cultural Brasil–Alemanha, o Instituto Goethe, com apoio na figura de seu diretor Roland Schaffner.

A perspectiva do NCAB, como organização de tipo novo, era uma releitura da herança africana, diferenciando-se do que os setores hegemônicos da sociedade baiana e da academia entendiam sobre a cultura afro-brasileira. Seus membros tinham grande preocupação em tematizar as relações raciais, a partir da crítica da “democracia racial” e da naturalização do

⁸ Para mais detalhes ver Lima (2004).

lugar do negro na sociedade brasileira. Esta crítica era alicerçada não apenas pela luta cultural, mas pela via do conhecimento científico e da trajetória de vida cada um dos seus membros, como também “[...] em face de uma necessidade que nós tínhamos de formularmos uma teoria que desse resposta a esse processo de alienação e de exclusão que o negro vivenciava na estrutura educacional brasileira” (Lino Almeida, entrevista concedida).

A construção da Pedagogia Interétnica se deu a partir dos acúmulos das ações promovidas pelo NCAB, que nominava sua teoria como educação interétnica. A mudança para pedagogia ocorreu pela percepção dos integrantes do NCAB, de que falar em educação seria muito abrangente. Destaca-se uma pesquisa sobre o preconceito racial contra o negro desenvolvida na cidade de Salvador, no ano de 1975, como base para a formulação de um sistema de educação interétnica. Neste sentido, estes argumentos colocaram o debate educacional não só como causa, mas, também, como resposta ao desafio do combate ao racismo.

Em 1985, realizou-se o I Seminário de Pedagogia Interétnica, cujo programa trouxe os objetivos da então chamada PI, que aglutinava a pesquisa do etnocentrismo e a transmissão destes valores pelo processo educacional. A novidade era a elaboração de maneira sucinta, da estrutura básica dos cinco pilares da PI, de métodos recomendados de combate ao racismo, procedimentos metodológicos e a concepção da necessidade de construção de um currículo baseado nos valores e na cultura dos grupos étnicos dominados, assentado na questão da educação do negro e na questão da educação do índio.

A partir destes processos de atuação do NCAB tem-se o lançamento do livro: *Alternativas para combater o racismo: um estudo sobre o preconceito racial e o racismo, uma proposta de intervenção científica para eliminá-los*, em 1989, escrito e editado por Manoel de Almeida Cruz.

Esta obra sistematizou os referenciais teóricos da PI, e aglutinou o que já havia sido desenvolvido nos seminários anteriores e na divulgação da proposta pedagógica em vários encontros pelo Brasil. Aqui a PI amplia e desenvolve considerações tanto sobre o negro quanto o índio, e apresenta como um de seus objetivos: “A pedagogia interétnica tem como objetivo fundamental o estudo e a pesquisa do etnocentrismo, do preconceito racial e do racismo transmitidos pelo processo de socialização ou educacional” (CRUZ, 1989, p. 51).

A estratégia apresentada, de disseminação da PI estava estruturada em dois blocos: o primeiro busca conceituar os usos, os sentidos e os estudos realizados até este período sobre as ideias de raça, preconceito, discriminação, etnia e cultura - aqui a ideia é atualizar o debate destas categorias à luz das Ciências Sociais, principalmente a Sociologia e a Antropologia; o segundo bloco busca apresentar, sistematicamente, como se estrutura a PI, a partir da utilização de aspectos que assim se apresentam:

- Psicológico – estuda os complexos de inferioridade da pessoa negra, o de superioridade da pessoa branca e o processo de auto rejeição do negro, além de indicar medidas teóricas e práticas de caráter psicoterapêutico, visando à mudança de atitudes preconceituosas contra o negro em nossa sociedade.

- Histórico – investiga as raízes históricas do preconceito racial e os fatores que levaram este ou aquele grupo étnico a se desenvolver mais do que outro, além de propor uma revisão crítica da historiografia do negro brasileiro.

- Sociológico – estuda a situação socioeconômica do negro em nossa sociedade, investigando as causas histórico-sociológicas que determinaram a sua marginalização na estrutura social estabelecida.

- Axiológico – discute a dominação a partir da imposição de valores estéticos, filosóficos e religiosos de um povo sobre outro e, assim, fornece subsídios para corrigir essas distorções provocadas pela dominação dos valores ocidentais sobre os demais grupos étnicos no país e no mundo.

- Antropobiológico – analisa as “teorias” pseudocientíficas da superioridade racial, desmistificando-as de acordo com as pesquisas da Antropologia atual.

No decorrer desta apresentação Cruz (1989, p. 51-101) traz considerações acerca de cada um destes métodos e procedimentos, situando o leitor nas concepções e nos debates que devem ser travados para a consecução desta proposta pedagógica⁹. Até este momento, a PI apresentada constrói seu arcabouço conceitual baseado em apropriação do que as Ciências Sociais vêm produzindo. É a partir da apresentação da questão do índio e do negro que a

⁹ Devido ao limite deste artigo este debate está mais bem explicado em Lima (2004) e Cruz (1989).

proposta situa a luta dos movimentos sociais, de leis e propostas para a construção de um currículo interétnico.

Do ponto de vista da discussão sobre o continente africano, a pedagogia interétnica vai defender uma nova abordagem, como aponta Bacelar (2001, p. 236), ela “Tentariam criar uma ‘nova cultura’, onde estariam os componentes africanos preservados, mas não – por sua ‘alienação e cooptação’”, ou seja, buscando se diferenciar do que os setores hegemônicos da sociedade baiana e da academia entendiam sobre a cultura afro-brasileira. Neste sentido, vai apontar a partir de seus métodos, notadamente a partir do seu aspecto histórico, a necessidade de investigação das raízes do preconceito racial e os fatores que levaram este ou aquele grupo étnico a se desenvolver mais do que o outro, além de propor uma revisão da historiografia do negro brasileiro. Portanto, a proposta pedagógica considera de fundamental importância problematizar a história oficial acerca das causas que condicionaram o subdesenvolvimento da África, nesse sentido discutir acerca de conceitos como imperialismo e neocolonialismo como estruturante para tal condição apontada. Para tanto vai salientar a necessidade de destacar os processos de desenvolvimento em diferentes partes do continente, destacando suas organizações sociais e políticas. Sobre estas questões Cruz argumenta:

A responsabilidade pelo subdesenvolvimento da África e dos povos de origem africana espalhados pelo mundo cabe ao imperialismo, ao colonialismo, ao neocolonialismo e ao sistema escravista.

A África, no período que antecedeu ao processo de colonização europeia, conheceu um alto grau de desenvolvimento, antes de ter mantido um contato permanente com Europa. Serão considerados aqui o Egito, a Etiópia e o Reino Yorubá (CRUZ, 1989, p. 58).

Para dar conta destes conhecimentos vai propor como didática interétnica uma postura de natureza crítica e emancipatória, tendo como metodologia o ensino/pesquisa, de caráter participativo tendo como foco a transformação social. Portanto, vai apontar como conteúdos, entre outros, para a didática do negro: “pesquisar a partir da África os vários grupos que aqui chegaram, a exemplo dos yorubás, haussás, congos, angolas, tapas e outros” (CRUZ, 1989, p. 97), assim como “estudar a história dos grandes reinos africanos no período que antecede ao tráfico de escravos”. É interessante observar que estes conteúdos são reivindicações há muito

tempo protagonizadas pelo movimento negro no Brasil, que notadamente apenas no século XXI transformam-se em políticas públicas para os sistemas de ensino¹⁰.

Por fim, pode-se caracterizar a PI como uma construção eminentemente sociológica, que contribuiu na crítica da construção de raça como fator biológico. Ao se apropriar do conceito de etnia, enfatiza-se seu uso por outros povos em conflitos étnicos, segundo assinala Manoel.

Nota-se como maior preocupação o caráter de intervenção no processo educativo, já que a PI se apresentou como resposta científica no combate ao racismo dentro desses espaços, com isso pretendia-se intervir em todas as esferas do processo educativo, do currículo até a formação de professor(a).

Foi esse caráter de intervenção que levou a PI a buscar outros espaços educativos¹¹ a fim de afirmar as suas bases teórico-metodológicas, numa conjuntura em que a legislação educacional foi abrindo brechas para a cultura afro-brasileira.

A Pedagogia Multirracial no Rio de Janeiro

Com a finalidade de melhor conhecer o campo de pesquisa realizamos entrevistas exploratórias na cidade do Rio de Janeiro, em julho de 2005, onde tivemos contatos com pessoas ligadas à constituição do movimento negro carioca.

Entre os que estavam listados para esta etapa, obtivemos depoimentos com Ivanir dos Santos, pedagogo e secretário executivo de Centro de Populações Marginalizadas (CEAP)¹²; Amauri Mendes, educador, militante do MN carioca, doutor em Educação (UERJ), e pesquisador da Universidade Cândido Mendes, fundador do SINBA¹³; Maria José Lopes da

¹⁰ Aqui se refere aos debates em torno de leis estaduais e federais que determinam estudos acerca da África e de seus descendentes, bem como de debates em torno de políticas de ação afirmativa no Brasil.

¹¹ Aqui se refere ao processo de implementação da PI na Escola Criativa Olodum, ligada ao Bloco Cultural Olodum, em 1993 e na Escola Municipal Alexandrina dos Santos Pita, em 1994. Esse processo encontra-se detalhado em Lima (2004).

¹² O CEAP é uma organização não governamental fundado em 1989, cuja finalidade é combater a discriminação racial e promover a defesa dos direitos humanos dos grupos marginalizados.

¹³ Sociedade de Intercâmbio Brasil-África fundada em 1974, no Rio de Janeiro

Silva, linguista, educadora aposentada das redes municipal e estadual de ensino, militante do MN, assessora educacional, e precursora da pedagogia multirracial. Além das várias informações fornecidas, cada um dos colaboradores(as) contribuiu em indicar outras pessoas relevantes para a compreensão do universo de atuação do MN no Rio de Janeiro, na década de 1970 em diante.

Percebe-se, portanto, uma mobilização negra desde a década de 1970, no sentido de reconfigurar a luta antirracista em outros termos, onde a educação aparece como um eixo norteador. Maria José está na confluência destes eventos, que buscava afirmar o movimento negro como força social, desembocando na década seguinte na proposição da Pedagogia multirracial, por diferentes processos.

Para ela, uma das dificuldades mais sérias reside sobre a realidade educacional brasileira, a ausência de subsídios para desencadear tal discussão entre os professores. Procura chamar a atenção tendo em vista que “a cultura assim reproduzida é a cultura dos grupos privilegiados, branca e eurocêntrica, o êxito escolar será função do capital humano adquirido por meio de uma pedagogia implícita”. Portanto, na elaboração da pedagogia multirracial vai chamar a atenção para a necessidade de evidenciar o pertencimento racial como dado fundamental na análise do debate sobre o fracasso escolar.

O segundo elemento foi a partir da experiência pessoal, enquanto aluna negra no ensino particular, lugar de pouquíssimo ou nenhuma presença negra naquele momento no Rio de Janeiro. Esta vivência de ser “rigorosamente vista, observada, eu não era acalentada, eu não era acarinhada, eu nunca tomei um carinho de uma professora” (cf. entrevista concedida) contribui para pensar em mudanças no currículo e na escola em relação aos negros.

O terceiro elemento que completa esse processo de elaboração, é a politização a partir da participação partidária de esquerda e na militância negra, e a experiência educacional nos países em processo de descolonização da África, como Angola e Moçambique. Processo que alimenta a discussão, no dizer de Fanon (1979), sobre o estatuto colonial, e sua consequência no projeto de libertação.

Assim argumenta que o compromisso com as classes trabalhadoras, de onde vem a maioria dos alunos da escola pública, obriga a explicitar os mecanismos de que se valem os

donos do poder para mascarar a discriminação racial, quando pretendem vincular emprego e escola de modo imediato.

Alicerçada por todas estas referências a pedagogia multirracial aponta como pontos fundamentais para seu desenvolvimento, combater a democracia racial, ter a escola como um espaço de superação das desigualdades raciais, seja do ponto de vista de seus conteúdos, das metodologias educacionais até aos processos de avaliação. A Pedagogia Multirracial implica, portanto: “Trabalhar o patrimônio cultural e histórico dos grupos étnicos excluídos numa perspectiva transdisciplinar, ou seja, em cada um dos componentes curriculares, pois é através do universo simbólico que a escola mantém os valores racistas da sociedade abrangente” (SILVA, 2002, p. 28).

A Pedagogia Multirracial em seu desenvolvimento vai indicar a necessidade de se trabalhar na construção da identidade do brasileiro, com especial atenção ao patrimônio cultural e histórico alicerçados em padrões civilizatórios africanos.

É de fundamental discutir que os valores africanos de cultura estão presentes tanto na religião, quanto nas artes, na organização social, na história e na visão de mundo dos brasileiros. As culturas negras estão profundamente internalizadas no “inconsciente coletivo” do homem brasileiro, independente de raça, cor, ou classe social. A maneira de ser, de pensar e agir do brasileiro reproduz, em muitos aspectos, o modelo cultural e comportamental dos africanos. A própria língua que falamos é um português africanizado e/ou um aportuguesamento das línguas e falares africanos (SILVA, 2002, p. 30).

Este aspecto civilizatório é bastante ressaltado nos documentos da Pedagogia Multirracial, tendo em vista que os debates em torno da “cultura nacional” têm-se caracterizado pelo recalçamento do processo civilizatório levado a cabo no continente africano.

O início da elaboração da pedagogia multirracial é marcado por debate onde as referências iniciais giravam em torno do multiculturalismo, teoria com mais evidência naquele momento (MCLAREN, 1997). Do ponto de vista da educação popular como um elemento importante na estrutura da pedagogia multirracial, terá como aporte o trabalho de Paulo Freire, em conjunto com o processo de educadora em África, Maria José nos conta:

O Paulo Freire também foi importantíssimo nessa formulação. A minha passagem pela sala de aula na África porque eu fui trabalhadora de educação em países africanos de língua portuguesa e durante os anos de reconstrução da África e aquele tipo de sala de aula me ajudou muito (Maria José, entrevista concedida).

No entanto, Maria José vai chamar à atenção que estes estudos não são suficientes, para moldar as bases da pedagogia pretendida, em função dos seus limites como respostas às demandas colocadas pelo movimento negro naquele momento. Com isso, vai indicar como estruturante a figura de Molefi Asante¹⁴, seu debate crítico gira na discussão do afrocentrismo, cujo foco é “corrigir o sentido de lugar da pessoa negra e de outro tecemos a crítica do processo e extensão do deslocamento criado pela dominação cultural, econômica, e política pela Europa”, conforme escreve Silva (2002, p. 33).

Para Maria José interessa como acúmulo fundamental para a pedagogia multirracial pensar este deslocamento, defendido por Asante, como não excludente. Ela vai defender “uma filosofia orientadora do trabalho pedagógico a ser desenvolvido: a construção de uma visão não-etnocentrada do conhecimento” (SILVA, 2002, p. 32). Para ela centrar no universo africano não significa substituição, como procura explicitar na sua fala sobre a influência desta teoria para os propósitos da proposta pedagógica em formatação.

Pode-se dizer que este é um processo, mesmo sem está explicitado, que nos remete a uma dialética cuja centralidade encontra-se em diferentes formas do processo civilizatório africano. Pode-se ver sobre isto em Cunha Júnior (2006, p. 75), ao introduzir o itan¹⁵ sobre a narrativa do orixá Exú¹⁶, como um preâmbulo a dialética africana. Parece-me evidente um esforço em colocar outros conceitos e conteúdos para a ideia de elaboração e transmissão da cultura de maioria africana.

Em 1989, os fundamentos desta proposta são publicizados, onde o documento da pedagogia Multirracial apresenta-se em dois grandes tópicos. No primeiro trata dos

¹⁴ Molefi Kete Asante é americano, doutor em Comunicação pela Universidade da Califórnia, fundador da teoria afrocentrista.

¹⁵ Itans são narrativas orais elaboradas em diferentes regiões do continente africano onde se transmitem elementos históricos, culturais e sociais de determinado povo.

¹⁶ Orixá divindades das religiões de matriz africana. Exú orixá mensageiro.

Fundamentos Teóricos da Pedagogia Multirracial, onde se subdivide em: redação de objetivos e perspectivas, redação dos fundamentos filosóficos e metodológicos, revisão e organização. O segundo tópico destina-se à chamada parte específica. Nesta parte equipes de educadores e educadoras organizam propostas de reflexão e intervenção por áreas específicas, a saber: alfabetização, curso de Formação de professores, ensino Supletivo, História e Integração social. Ainda há mais duas equipes neste tópico responsáveis pela revisão e organização das referências bibliográficas.

A colaboradora vai situar que a Pedagogia Multirracial é uma proposta datada, já que não foi incorporada por inteiro nos processos escolares no Rio, tornando-se uma referencia teórica para outros lugares, muito especialmente na cidade de Florianópolis/SC¹⁷.

Considerações finais

Cada uma das proposições analisadas vai enfrentar, em seu tempo e espaço diferenciados, singulares desafios. Como proposições de pedagogias do Movimento Negro, elas vão servir para de um lado exigir um trabalho de refinamento e ampliação de cada um de seus significados, por outro como instrumento teórico-metodológico apresentado aos sistemas de ensino.

Pode-se analisar que, estes diferentes processos, ajudam em discutir os limites do próprio sistema educacional, pois ele por sua dinâmica própria tem dificuldades em absorver outras proposições, que não aquelas hegemônicas, e advindas do movimento social como um todo. Por diferentes caminhos, diferentes referenciais teóricos, políticos e sociais, os debates tinham como foco compreender a cosmovisão, o aprofundamento e a divulgação do conhecimento sobre os povos, culturas e civilizações do continente africano, e sobre o processo de colonização direta desse continente. Significa, também, que os sistemas de ensino devem reconhecer o desenvolvimento político e tecnológico africano conhecimentos e práticas que lhes permitiram sobreviver no passado do escravismo criminoso.

¹⁷ A partir desta proposição o Núcleo de Estudos Negros vai desenvolver a Pedagogia Multirracial e Popular, em Santa Catarina, ver: Lima (2009).

Reconstituir este caminho significou o desejo de mudança do Movimento Negro traduzido em proposições educativas, como uma contribuição não apenas ao povo negro, mas a sociedade brasileira num possível patamar de reconstrução de sua memória, valores, representação de mundo, da sociedade, da condição humana.

Referências Bibliográficas

BACELAR, Jéferson. **A hierarquia das raças: negros e brancos em Salvador**. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

CRUZ, Manoel de Almeida. **Alternativas para combater o racismo: um estudo sobre o preconceito racial e o racismo**. Uma proposta de intervenção científica para eliminá-los. Salvador, 1989.

CUNHA JÚNIOR, Henrique. Conceitos e conteúdos nas culturas africanas e afrodescendentes. In: COSTA, Sylvio G., PEREIRA, Sonia. **Movimentos Sociais, educação popular e escola: a favor da diversidade**. Fortaleza: Editora UFC, 2006.

FANON, Franz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FENELON, Dea. Pesquisa em História: perspectivas e abordagens. In: FAZENDA, Ivani (org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo, Cortez, 2000.

HASENBALG, Carlos. A. **Discriminação e desigualdades no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

JOUTARD, Philippe. **Desafios à história oral do século XXI**. Trad. Paulo Garcher. In: X Conferencia de História Oral. Rio de Janeiro, 1998.

LIMA, Ivan Costa. Uma proposta pedagógica do Movimento Negro no Brasil: Pedagogia Interétnica, uma ação de combate ao racismo. Faculdade de Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, 2004. **Dissertação de Mestrado**.

_____. As pedagogias do Movimento Negro no Rio de Janeiro e Santa Catarina: implicações políticas e teóricas para a educação brasileira (1970-2000). Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, 2009. **Tese de Doutorado**.

MCLAREN, Peter. **Multiculturalismo crítico**. Trad. Bebel Orofino. São Paulo: Cortez, 1997.

MEIHY, José C. Sebe Bom. **Manual de história oral**. 4ª ed. São Paulo: Loyola, 2002.

SILVA, Maria José L. da. Pedagogia multirracial em contraposição à ideologia do branqueamento na educação. In: NEN. **As ideias racistas, os negros e a educação**. Série Pensamento Negro em Educação. Florianópolis, NEN, nº 1, p. 21-38, 2002.

Recebido em: 01/10/2012. Aceito em: 22/10/2012.